

**Release da audiência de tentativa de conciliação na ADPF 984, realizada no dia 28 de junho de 2022, às 9h, virtualmente, perante a relatoria do Min. Gilmar Mendes**

Na manhã do dia de hoje (28), houve uma mesa virtual de tentativa de autocomposição sobre as consequências advindas dos debates presentes na ADPF 984 (e por extensão na ADI 7.191, em decorrência da correlação entre ambas), bem ainda decorrentes da Lei Complementar 192/2022, sem se descuidar da recente edição da Lei Complementar 194/2022.

A ADPF 984 foi ajuizada pelo Presidente da República, questionando práticas dos Estados em fixar a alíquota dos combustíveis superiores à alíquota modal (alíquota mínima interna), requerendo a inconstitucionalidade de várias normas de todos os entes estaduais e distritais.

Por sua vez, onze Governadores dos Estados intentaram a ADI 7.191, requerendo a declaração de inconstitucionalidade de regras da Lei Complementar federal 192/2022 que determinaram a uniformidade, em todo território nacional, das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre combustíveis.

Após solicitação dos Estados, foi designada audiência de tentativa de conciliação na ADPF 984.

O Ministro Gilmar, na abertura da audiência, esclareceu que a “nossa Federação é formada pela união indissociável de todos os Entes Federativos e estamos aqui para debater as suas bases de continuidade”, bem ainda que esse tema é um dos mais importante para o Brasil no momento.

Partindo da premissa de que os entes federativos, todos autônomos, devem atuar de forma coesa e harmônica, a fim de cumprir com os objetivos fundamentais da República Federativa Brasileira, entre eles o desenvolvimento nacional, o Ministro Gilmar frisou que *“A arrecadação dos impostos não é um fim em si mesma. Muito pelo contrário, os recursos financeiros existem para fazer frente às inúmeras despesas que decorrem dos direitos fundamentais garantidos em nossa Carta Constitucional”*.

Passando pela importância do ICMS frente à arrecadação total dos Estados, além do repasse aos municípios, o peso da inflação frente à pandemia e à guerra na Ucrânia, o Ministro destacou que, no mundo todo, discute-se qual seria a melhor forma de diminuir os preços dos combustíveis. Citando matéria jornalística, citou várias iniciativas, tais como: criação de fundo de apoio para famílias mais vulneráveis (Reino Unido); diminuição de impostos diretos sobre os combustíveis (EUA, Índia e Coreia do Sul); fundo de estabilização de preços (Chile, Peru e Colômbia); criação de uma *“espécie de voucher exclusivo para compra de combustível, fornecido pelo governo e financiado pelo aumento de arrecadação com os impostos sobre combustíveis”* (Portugal); concessão de subsídios para *“arcar com os custos energéticos de setores como transporte, além de subsidiar as contas da população de baixa renda”*. (Japão); aumento da tributação de alguns setores (Finlândia); congelamento temporário de preços (França); além de transferências de renda (Estônia), estão entre as opções dos países para lidar com o problema comum. (Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/veja-como-os-paises-estao-lidando-com-a-alta-recorde-nos-precos-dos-combustiveis/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

Requeru a todos coesão, criatividade e, mais ainda, sensibilidade. Relembrou, também, o ocorrido na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 25 (que debatia a compensação financeira

devida pela União aos Estados devido à desoneração das exportações prevista na Lei Kandir), na qual foi possível um formidável acordo com as mesmas partes presentes.

Ao fim, conclamou a todos a pensarem no povo brasileiro, que é quem vem sofrendo de forma mais contundente as consequências dos períodos de anormalidades, que estamos enfrentando, quais sejam: pandemia e guerra na Ucrânia.

Após, os Estados se manifestaram, primeiramente, na pessoa de sete governadores, sobre os efeitos das ações de controle concentrado e das Leis Complementares 192/2022 e 194/2022, citando diversas consequências sobre saúde, educação, finanças públicas, preocupados com a queda abrupta de arrecadação. Na sequência, o representante do Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do DF) declarou que a perda pela Lei Complementar 192/2022 é R\$ 31 bi até o final do ano, sendo que afetaria o repasse de 25% para educação, 18 % saúde e 25 % para os municípios (perda de R\$ 19 bi). Por sua vez, a Lei C 194/2022 ocasionaria um impacto de R\$ 100 bi (perda de R\$ 64 bi para saúde, educação e municípios). A perda de total chegaria por volta de R\$ 134 bi.

Não obstante, na tentativa de chegarem ao consenso, propuseram quatro itens de um acordo.

Na sequência, e o Presidente do CONPEG (Colégio Nacional dos Procuradores dos Estados) expressou que seria possível aplicar a média de 60 (sessenta) últimos meses em relação ao diesel. Propôs, ainda, a criação de comissão para debates envolvendo todas as ações de controle concentrado de constitucionalidade, inclusive a nova demanda recém ajuizada, por ora sem distribuição. Referiu que a compensação integral dos Estados foi vetada pelo Presidente da República, necessitando ser adequadamente solucionadas em prazo exíguo.

Ato contínuo, os representantes da União utilizaram da palavra, trazendo a necessidade de conciliação e comprometeram-se a analisar com cuidado todas as questões levantadas. Defenderam a higidez constitucional das Leis Complementares 192/2022 e 194/2022 e, ao fim, solicitaram o prazo de 24 horas para refletirem sobre as propostas.

Todos os entes federativos puderam manifestar-se e ficou acertado que as partes se manifestariam em um prazo exíguo nos autos (24 horas).